



**X REUNIÓN DE
ADMINISTRADORES DE
PROGRAMAS
ANTÁRTICOS
LATINOAMERICANOS**

26 al 30 de julio de 1999

Brasília - Brasil

TITULO:	ATIVIDADES DE TURISMO NA ÁREA DO TRATADO DA ANTÁRTICA
PAIS:	BRASIL
PUNTO AGENDA:	10
PRESENTADO POR:	HERZ AQUINO DE QUEIROZ
DOCUMENTO N°:	003

**SECRETARIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS
RECURSOS DO MAR
PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO**

**ATIVIDADES DE TURISMO NA ÁREA DO TRATADO DA
ANTÁRTICA**

Há vários anos o assunto Atividades de Turismo na Área do Tratado da Antártica tem sido tema de preocupação nas discussões entre Representantes de Governos e entre Administradores Nacionais de Programas Antárticos. Considerando a Recomendação RAPAL VIII-1, parágrafo 3 e consciente das responsabilidades que envolvem o assunto e da necessidade de serem tomadas medidas que venham a se tornar efetivas, a delegação brasileira propôs, na IX RAPAL, a realização de um trabalho intersessional com a finalidade de compilar as normas adotadas pelos diversos APAL, de modo a possibilitar sua discussão, nesta X RAPAL, e estudar a adoção de procedimentos comuns, que proporcionem melhor controle e desenvolvimento destas atividades na região de influência dos países latino-americanos.

Deste trabalho intersessional, chegou-se a conclusão de que nem todos os países dispõem de normas reguladoras para a recepção de turistas em suas estações/bases, enquanto que outros utilizam o dispositivo constante da Recomendação ATCM XVIII-1, ou dispõem de algum folheto com instruções que visam a orientar os visitantes com relação aos cuidados com o meio ambiente.

Independente de diversas posições sobre o turismo na Antártica, é incontestável que tal atividade humana envolve riscos palpáveis, não só de

causar prejuízos ao meio ambiente, como também de ocorrerem acidentes com os meios utilizados e com os próprios turistas.

Sem dúvida a busca de uma solução para o problema está na correta observância da Recomendação ATCM XVIII-1 e da Resolução ATCM XIX-3, reforçadas por um entendimento entre os segmentos envolvidos na questão, quais sejam os Gerentes de Programas Nacionais e os Operadores de Turismo, todos estes conscientes da necessidade de se garantir a proteção do meio ambiente antártico e a segurança dos meios de transporte utilizados e do pessoal a bordo, sejam turistas ou tripulações.

O Brasil, apesar de no momento não possuir Operadores de Turismo atuando na Antártica, reconhece que o turismo pode trazer alguns benefícios, na medida em que esta atividade contribui para a divulgação do trabalho que é realizado nas Estações/Bases Antárticas, em proveito da ciência e da proteção do meio ambiente.

Considerando que nem todos os países possuem normas reguladoras para as atividades de turismo na Antártica e que as Recomendações e Resoluções das ATCM, assim como as Recomendações da RAPAL são bastante abrangentes, sugere-se que os países adotem medidas como:

- limitação quanto ao número de turistas presentes nas Estações/Bases e suas proximidades;
- estabelecimentos de percursos a serem seguidos para a visita nas proximidades das Estações/Bases;
- distribuição de folheto contendo cuidados com o meio ambiente antártico, como os adotados pelo Chile e pelo Brasil, por exemplo (anexo); e
- acompanhamento de todos os grupos de visitantes por pessoal da Estação/Base, durante o período de visita.

